

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 08/2017. Contratante: Procuradoria Geral do Trabalho/MPT. Contratada: LEISTUNG COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA.. Objeto: serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva do sistema de energia ininterrupta estabilizada do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho. Data de Assinatura: 11/3/19. Signatários: Pela Contratante, Teresa Cristina Aires de Assis; Pela Contratada, Marcos Fortes Cataldo.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região torna público a Ata de Registro de Preços 01/2019, originada do Pregão Eletrônico SRP 01/2019, firmada com a empresa Maria Angela de Moraes - ME, CNPJ 06.222.556/0001-09, cujo objeto consiste na eventual aquisição de água mineral para as unidades da PRT2, pelo preço unitário de R\$ 3,79 e prazo de 12 meses. Os autos do PGEA 20.02.0200.0000182/2019-67 estão à disposição dos interessados.

ERICH VINICIUS SCHRAMM
 Procurador Chefe

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 8º Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 21/2014. Processo: 20.02.0500.0000311/2017-44. Contratante: a União, pela PRT/5ª Região-BA. Contratada: TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ 33.000.118/0001-79. Objeto: Reajustar o preço das tarifas e prorrogar a vigência do contrato por um período de 3 (três) meses, a contar de 26.02.2019. Vigência: 26/02/2019 a 25/05/2019. Valor global: R\$ 458.921,67. Assinatura: 21/02/2019. Signatários: Luís Carlos Gomes Carneiro Filho, Procurador-Chefe; pela contratante: Ivaniilde Rosa Bezerra e Vivian de Souza Duarte Fiorentini, Procuradoras, pela contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de manutenção de elevadores, tipo plataforma, para PNEs, para atender Sede da PRT 9ª Região em Curitiba e PTM de Guarapuava, conforme Edital e anexos. Total de itens licitados: 2. Edital: 13/03/2019 das 8h00 às 17h59. Endereço: Av. Vicente Machado, 84, Curitiba/PR ou no site www.comprasnet.gov.br. Entrega das propostas: a partir das 8h00 do dia 13/03/2019. Abertura: 26/03/2019 às 10h00. Site: www.comprasnet.gov.br.

FABIANO RATTON KUMMER
 Pregoeiro

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo visando a prorrogação contratual por mais doze meses e a concessão de reajuste no percentual de 5,55% sobre o valor do contrato n. 04/2018, firmado com a empresa TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ 33.000.118/0001-79, cujo objeto é o prestação de Serviço de Telefonia fixa comutada local e LDN. Nova Vigência: 05/03/2020. Processo: 20.02.1700.99/2019-81. Assinam: Valério Soares Heringer, pela contratante, e Jean Silva e Ivaniilde Rosa Bezerra, pela contratada, em 01/03/2019.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 3/2019

A PRT/19ª Região torna público o resultado do Pregão para contratação de serviços de monitoramento eletrônico, no qual foi vencedora a empresa Scoltt Comércio e Serviços Ltda., CNPJ nº 08.766.786/0001-64, com o valor global de R\$ 28.500,00. A publicação do resultado encontra-se nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.prt19.mpt.mp.br.

ANTONIO ROCHA DE ALMEIDA BARROS
 Pregoeiro

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2019

Contratantes: União Federal, por intermédio da PRT da 23ª Região, e Francis Distribuidora de Gás LTDA - EPP, CNPJ 03.473.977/0001-14. Objeto: Contrato de fornecimento de água mineral para a PTM de Sinop/MT. Modalidade: Dispensa de Licitação - art. 24, II da Lei 8.666/93. Vigência: 11/03/2019 a 31/12/2019. PGEA nº 000172.2018.23.903/8. Valor estimado do contrato: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Signatários: Dr. Rafael Mondego Figueiredo, Procurador-Chefe, pela Contratante, e Adilson Piletti, pela Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019 - UASG 200008

Nº Processo: 1903000001091318. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de conservação e limpeza nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar em Belém/PA, conforme especificações e condições do Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 13/03/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h55. Endereço: 18º Andar do Edifício Urbe 14 Na Travessa Quatorze de Março, Nº 1155, Umarizal - Belém/PA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200008-5-00010-2019. Entrega das Propostas: a partir de 13/03/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/03/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital do Pregão poderá ser retirado nos sítios: www.comprasgovernamentais.gov.br ou http://www.mpm.mp.br/pregao-eletronico/ .

CARLOS ALBERTO DE SOUSA LIMA
 Coordenador de Licitações

(SIASGnet - 11/03/2019) 200008-00001-2019NE000036

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR
SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 8/2019-MPM. Contratante: Ministério Público Militar. Processo nº: 19.03.0000.0011023/2018-89. Contratada: AGABM ASSESSORIA E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA. CNPJ: 08.332.083/00001-28. Objeto: prestação de serviços de copeiragem para atender à Procuradoria de Justiça Militar em Salvador/BA. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 3/2019. Nota de Empenho nº 2019NE000478, em 28/2/2019. PTRES: 089730. Valor mensal: R\$ 2.714,46. Valor anual: R\$ 32.573,52. Vigência: 2/4/2019 a 1º/4/2021. Data de assinatura: 12/3/2019. Assinam: Gilberto Barris Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Josué Marcos Hodel, pela contratada.

AVISO DE PENALIDADE

Espécie: Aviso de Penalidade. Processo: 19.03.0014.0000619/2018-87.

O Ministério Público Militar informa que, decorrido o prazo de defesa prévia, foi aplicada à HD SERVIÇOS DE ENGENHARIA E REFRIGERAÇÃO LTDA., CNPJ/MF nº 24.492.017/0001-71, as penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MPM, pelo prazo de 12 meses, de 16/4/2019 a 15/4/2020, multa no valor de R\$ 2.999,93 (dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), bem como a rescisão unilateral do Contrato nº 21/2018-MPM, a contar de 16 de abril de 2019. Fundamento Legal: Suspensão: inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993. Multa: inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/1993. Rescisão: inciso I do artigo 78 da Lei nº 8.666/93. Os autos encontram-se com vista franqueada, conforme determina a legislação em vigor.

GILBERTO BARROS SANTOS
 Diretor-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2019 - UASG 200009

Nº Processo: 08191000027201922. Objeto: Registro de preço, pelo prazo de até 12 (doze) meses, para eventual aquisição de material confeccionado em gráfica e malotes.. Total de Itens Licitados: 17. Edital: 13/03/2019 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 607, Ed. Sede do Mpdft, Praça do Buriti - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200009-5-00015-2019. Entrega das Propostas: a partir de 13/03/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/03/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARLI DE SOUSA REGO
 Pregoeira

(SIASGnet - 12/03/2019) 200009-00001-2019NE000020

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa J. F. COMUNICAÇÃO & CRISE LTDA. Processo: 08191.019668/2019-51. Objeto: Contratação de empresa para realizar a "Palestra sobre Comunicação Estratégica e Gestão de Crises". Valor total: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 atualizada. Autoridade Superior: RENATO LUQUEIZ SALLES - Secretário-Geral Adjunto do MPDFT, em 11/03/2019.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DE GESTÃO
DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES
SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL Nº 4 - SEC-MA, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

TC 003.999/2017-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica determinada a AUDIÊNCIA de CONSRL - CONSTRUTORA RIPARDO LTDA, CNPJ: 02.354.503/0001-90, na pessoa de seu representante legal (art. 12, III, Lei 8.443/1992), para que, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, com fundamento no art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, apresente razões de justificativa quanto às ocorrências verificadas no processo de Representação, TC 003.999/2017-3, nos termos descritos a seguir:

a) por frustrar o caráter competitivo do Convite 26/2009, realizada para execução dos serviços de reforma e ampliação dos postos de saúde do Bairro Santo Antônio e do Centro, no Município de Alto Parnaíba (MA), vencida pelas empresas Consmar Construtora Rio Maravilha Ltda. e João Silva e Cia Ltda., que apresentaram propostas nos valores de R\$ 48.900,00 e R\$ 97.100,00, respectivamente, conforme item 3.20 do relatório de fiscalização (peça 1, p. 43-45), contrariando os arts. 29, inciso III, 30, inciso II, 31, inciso III, 38, caput, e 40, incisos II e XIV, da Lei 8.666/1993, pela apresentação por todas as empresas licitantes de propostas com a mesma diagramação; e quase exatamente o mesmo texto, inclusive os textos a seguir: "Subtotal do Item", "TOTAL DESTA ORÇAMENTO EM REAIS" (peça 9, p. 34-37 e 49 e peça 10, p. 1-4 e 22-25).

A rejeição das razões de justificativa poderá ensejar: a) imputação de multa (art. 58, Lei 8.443/1992), b) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), c) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992).

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo e da irregularidade acima indicada podem ser obtidas junto à SECEX-MA, localizada à Avenida Senador Vitorino Freire, 48 - Areinha - São Luís/MA, CEP 65030-015 - Telefones (98)3232-9970/9500, correio eletrônico: secex-ma@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

LÚCIO AURÉLIO BARROS AGUIAR
 Diretor

